

Brasília, agora, posta em xeque

A cidade já se orgulha muito de sua história. Mas a questão agora é o que fazer com o futuro, que os planos não adivinham

Em mesa redonda realizada com membros da comunidade, o **Correio Braziliense** buscou captar alternativas para a "Brasília dos Anos 80". Uma cidade que, do ponto de vista arquitetônico, está prestes a ver concluída a obra de Niemeyer e Lúcio Costa.

Do ponto de vista econômico, só agora Brasília começa a discutir a sério quais alternativas vai escolher para superar o esgotamento das atividades que a sustentaram desde a sua fundação. Do ponto de vista social, preocupa-se com a necessidade de criar alternativas de emprego para a grande massa populacional que deve absorver a cada ano. E, finalmente, do ponto de vista político, começa a agora a procurar canais de participação da comunidade nos centros de decisões de seus destinos.

Todos esses problemas, e outros mais que interessam de perto à comunidade brasiliense, serão discutidos a partir de amanhã, no seminário **Brasília - Anos 80**, que a Universidade de Brasília organizou para a promoção do **Correio Braziliense** e do Governo do Distrito

Federal. Como que numa pré-estréia dos debates que certamente empolgarão a cidade de amanhã até sexta-feira, apresentamos hoje trechos de uma mesa-redonda que realizamos, ontem, com quatro representantes de expressivos setores da comunidade.

São eles Lindberg Aziz Cury, empresário de reconhecida liderança entre seus pares e presidente da Associação Comercial do DF. O padre Jonas Vettoraci, pioneiro da cidade-satélite de Sobradinho elevado pelo Governo Lamaison à condição de administrador regional daquela cidade. O economista Paulo César Timm, representante de Brasília no Conselho Nacional dos Economistas, ex-coordenador do grupo de gestão do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília e, atualmente, membro da Comissão Executiva Nacional do PTB. E o professor João Batista Pinheiro Cabral, do Departamento de História da Universidade de Brasília, como os demais portadores de grande conhecimento e vivência dos problemas da Capital Federal.

anos. Conhece Brasília.

PAULO CÉSAR TIMM — Isto é muito importante: os secretários dele não só moravam em Brasília como eram ligados às questões de Brasília. Isso aí talvez, tenha sido um ponto importantíssimo e positivo. Tenho para mim que a administração de Lamaison, face às outras administrações do Distrito Federal, é, sem dúvida, uma das que estão mais atualizadas com a problemática de Brasília.

PINHEIRO CABRAL — E parece foi o primeiro a enfrentar de frente o problema da migração desordenada, aqui mencionada anteriormente. Parece que outros governos chegaram, de modo muito tênue, a mencionar o problema, mas ninguém teve fôlego ou disposição, na época, de vir a público, pela imprensa, pelas reuniões palacianas, pelas reuniões dos secretários competentes, de tomar uma posição e dizer: Não podemos continuar ignorando o problema, e alguma coisa deve e tem que ser feita a fim de que se enfrentem esses problemas sociais que o Lindemberg projetou muito bem, quando houver a desativação da construção civil e o deslocamento de considerável parcela da mão-de-obra assalariada, de níveis de um até cinco salários mínimos, que vai ficar ociosa e, consequentemente, gerar tensões sociais.

CB - A colocação de Lindemberg é muito oportuna, inclusive gostaria de conversar mais sobre ela. Quais as alternativas que a cidade poderia oferecer? Você falou, por exemplo, na criação de pólos industriais na região geoeconômica. O Timm, que trabalhou no Programa da região geoeconômica, vê condições para isso?

TIMM — Vejo condições para isso, mas não acho que isso fosse solução para a população que já está em Brasília. Acho que vai ser um pouco difícil fazer talvez nem fosse desejável — uma transmissão, uma nova migração dessas populações para áreas periféricas a Brasília.

Sem dúvida, se houvesse abertura de oportunidades em pontos selecionados, com complexos agroindustriais, em Alvorada do Norte, em Unai, em Anápolis — que



Jonas: participação da comunidade

o Lindemberg conhece bastante bem — isso contribuiria decisivamente para reorientar os fluxos migratórios. Para a população que está aqui, e é hoje uma população que já tem uma taxa de desemprego das mais altas do país, acho que se tem de pensar em política concreta de emprego, medidas efetivas orientadas pelo governo e que poderão, por exemplo, levar a uma ampliação, a uma abertura de oportunidades no setor terciário — comércio, setor hoteleiro, por exemplo. Brasília tem um potencial turístico, não aproveitado, imenso. Mas isso deve ser orientado. Até hoje temos uma orla em torno do Lago que poderia ser convertida, digamos assim, em centro de lazer, de aproveitamento turístico.

CB - Aliás, parece que há um tabu dentro da programação de Brasília nessa exploração desse lago turístico.

TIMM — Há países, como o México, que fazem do turismo não só uma solução local, mas uma solução até para o problema de balanço de pagamentos. Acredito que Brasília poderia equacionar grande parte de sua problemática de emprego criando oportunidades e alternativas: pequenas empresas comerciais, pequenos negócios, estímulo ao artesanato, coisas do gênero que poderiam elevar sensivelmente o aproveitamento da mão-de-obra, articulados com um programa de aproveitamento turístico da cidade. Tenho a opinião de que medidas concretas de emprego, sob orientação governamental, deveriam ser elaboradas, para equacionar a questão.

Jonas — Nesse ponto, quero destacar o papel que pode ser desempenhado pelas cidades-satélites. Estamos conseguindo transformar aquelas localidades dormitórios, as quais fala com tanta tristeza, mas com grande esperança em laboratórios de soluções. Seria, por exemplo, incentivo a indústrias não-poluíntes, já que poluição tem que ser evitada a todo custo em Brasília. Criamos, para isso, em Sobradinho, a primeira Coordenação de Defesa do Meio-Ambiente, a Codema. Para isso estou notando inclusive o interesse de várias pessoas de outras cidades, como São Paulo e de Juiz de Fora.

(MG). A idéia é estabelecer uma área industrial para indústrias não-poluíntes, fixando o morador na região. Essa é a idéia também do secretário de governo, dr. Renan, de criar agrovilas, apertar a zona rural de todos os recursos para fixar a pessoa naquele local. Uma espécie de cinturão, para que não houvesse essa migração desordenada, sem objetivo para o centro de Brasília.

— A população rural do Distrito Federal é baixíssima. Um projeto desses — como, aliás, havia no plano original de Brasília, que era colocar na área periférica de Brasília intensa atividade agrícola — terá resultado altamente positivo em termos de absorção de mão-de-obra. Pelo menos são pequenas unidades de produção, pequenas unidades operacionais, mas com densidade tecnológica elevada, com alta produtividade e capacidade de absorção de mão-de-obra muito grande.

CB - Isto que está no plano original, vocês acham que está começando realmente a funcionar na área rural?

Lindemberg — Temos debatido bastante dentro deste quadro que foi traçado pelo Paulo Timm. Achamos que qualquer dessas soluções evidentemente, teria que contar com apoio do governo — sem o governo não se pode fazer nada. O padre Jonas lembrou muito bem que onde existem mercado de trabalho e condições de habitabilidade, estudos e lazer, a população se fixa. Então, que se deve fazer para fixar, em agrovilas, ou em áreas industriais dentro da região geoeconômica, porções de população?

Uma das maneiras seria contar com a ajuda direta do Banco do Brasil, em termos de financiamento. Pega-se, por exemplo, uma indústria, cujo projeto será financiado. Esse projeto pode ser de grande alcance, mas é preciso que se dêem condições de montar, para essa população que será empregada, escolas, casas, além de lhe dar um mercado de trabalho. Então, montando-se esse esquema de trabalho nessas regiões, haverá fixação de pessoas. Quando se reúnem esses três ou quatro itens — lazer, trabalho, estudo — o homem se fixa. Agora, essas indústrias deverão ter um compromisso contratual pelo qual receberão um incentivo, para atender a essas exigências sociais. Serão, evidentemente, indústrias que receberão orientação para determinado setor de importância dentro do quadro industrial do país.

Timm — Lindemberg, a respeito do que você está falando — em princípio estou de acordo — existe um grande problema. Não se vem conseguindo adotar essas soluções porque o governo do Distrito Federal se inibe frente a essas questões. Há o que se chamaria de discriminação. Há uma discriminação terrível dentro da cidade de Brasília, uma discriminação na absorção de técnicos qualificados que possam eventualmente contribuir para decisões desse tipo.

Primeiro há uma discriminação natural: como o governo do Distrito Federal não consegue pagar salários compatíveis com os que se pagam na área federal, os quadros mais qualificados vazam e o Distrito Federal fica desprovido desses melhores quadros.

Por outro lado, há uma discriminação ideológica muito grande. Brasília é uma cidade que não tem uma personalidade própria capaz de impor à estrutura governamental a participação de técnicos da mais variada gama ideológica. Ela não tem força para isso, em razão — provavelmente — desses anos todos de autoritarismo que vivemos. Muitos técnicos, porque são vetados em determinados momentos, não podem participar dos planos e projetos, não podem dar sua contribuição.

Sempre se procura apresentar, como prova de que isso não é verdade, o fato de que, volta e meia, se chama o comunista Oscar Niemeyer para dar palpites. Isto é falso. É um recurso que encobre uma profunda discriminação. É do interesse do conjunto da comunidade que se deixe isso bastante claro, bastante efetivo. Posso dizer, com toda a naturalidade, porque eu próprio sou vítima dessa discriminação, não da comunidade como um todo, tanto que aqui estou, mas do ponto de vista do aparelho governamental. Há uma discriminação a todos aqueles segmentos que não sejam seguidores do governo.

Portanto, já há uma discriminação econômica, pelo lado da incapacidade de pagar salários compatíveis e uma discriminação ideológica vai, enquanto isso, afastando técnicos da melhor qualidade, que poderiam contribuir para a formulação de planos, de soluções alternativas, e são marginalizados em grande parte. Poderia citar nomes de vários técnicos da melhor qualidade que tiveram de se afastar de Brasília, porque não têm condições de permanecer trabalhando nesta cidade, por discriminação ideológica.

LINDENBERG — Acho que, dentro do quadro que traçou, se



Lindemberg: o social preocupa

existirem, por exemplo, indústrias, agrovilas, esses técnicos poderiam ser absorvidos.

CB — Aqui caberia uma observação, para que todos opinassem sobre este assunto. Considera-se que há um risco muito grande na criação de unidades industriais — grandes ou pequenas — que tendessem a atrair um número muito grande de mão-de-obra, se não se fizesse algo semelhante — precedendo à implantação em Brasília — nas áreas-pólo da região geoeconômica. Se não cuidarmos da absorção de mão-de-obra em Unai, em Uruaçu, em Anápolis, em Catalão, em Pires do Rio, etc., cidades da periferia não-imediata de Brasília, a tendência é que Brasília, com a força de atração que tem, venha adrenar os recursos, a mão-de-obra dessas próprias cidades. Então Brasília, além de continuar atraindo gente de regiões distantes — do Nordeste, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais — ainda poderia subtrair os melhores recursos dessas cidades da periferia imediata.

Assim, se vai ser indispensável que se criem alternativas de emprego para a população que já está aqui, parece também necessário que, ao mesmo tempo, se criem alternativas, de emprego, em número mais elevado, nas cidades da periferia de Brasília.

LINDENBERG Realmente é preciso enfocar esse problema. Isso é importante.

PINHEIRO CABRAL — O tipo de indústria que se pode implantar em Brasília ela pode ser seletiva, ela pode ser pré-escolhida, a ponto de não causar esse problema, que viria a agravar na situação, em vez de solucioná-la.

Uma coisa que sinto que Brasília se resente profundamente é não ter uma indústria de vestuário. Tudo que se compra de roupa em Brasília em qualquer lugar, vem de indústrias paulistas, catarinenses, paranaenses.

Vejo que há uma lacuna extraordinária. O povo de Brasília compra muita roupa. E é mão-de-obra que tende a ser oferecida pelo pessoal que já tem o curso primário ou secundário, para operar as máquinas de fazer roupas e vestuário em geral é preciso ter certo nível. E Brasília tem um sistema educacional relativamente bom, em termos de Brasil. Acho que estamos relativamente bem servidos aqui, em Brasília. Assim, poder-se-ia instalar aqui uma indústria que pagaria mais que dois salários mínimos, tranquilamente. Essa indústria não aviltaria o mercado de trabalho.

CB - Mas seria permitido isso? Não há uma inibição, ou alguma coisa dessa ordem?

LINDENBERG — É permitido sim. O que ocorre é que o comércio vive muito em função de contingências de necessidade. Quando o pessoal sente que há necessidade da implantação de determinada indústria, de aumentar a oferta de um produto, ele passa a trabalhar. Por outro lado, aqui em Brasília quase todas são indústrias de pequeno porte, elas são carentes de capital de giro. É fundamental superar isso.

PINHEIRO CABRAL — O Banco do Brasil, como se referiu antes, deve ter algum programa, ou pode criar algum programa, que resolva esse problema.

CB — O BRB tem programação de financiamento para esta área também.

PINHEIRO CABRAL — Além do mais, o preço do vestuário que você paga em Brasília, grande parte dele é onerado pelo fator transporte. Sabemos que essas peças são transportadas por caminhões, caminhões que queimam óleo diesel. Óleo diesel, parece, é um dos maiores problemas da política energética que o governo está enfrentando. Você diminuiria o preço do artigo consumido em Brasília consideravelmente.

Timm — O grande problema é que em Brasília não há uma estrutura de produção de conhecimentos. O Distrito Federal, por exemplo, é uma das poucas unidades da Federação que não tem um órgão de pesquisa, uma fundação de amparo à pesquisa.

PINHEIRO CABRAL — Há um Conselho de Desenvolvimento Econômico de Brasília, do tipo do federal.

Timm — Que não funciona. **LINDENBERG** — Ele existe. Já

foi aprovado, mas nunca funcionou. Prates da Silveira, no apagar das luzes de sua administração, anunciou, com muita euforia, que estava criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No governo Elmo Serejo, o assunto ficou parado. No governo Lamaison, quando completou 100 dias, o governador esteve na Associação Comercial pedimos a ativação do Conselho, e houve uma promessa de que seria acionado. Recebemos isso com muito entusiasmo, porque é uma maneira de ouvir a opinião de pontos da liderança da comunidade, de diversos setores.

Do jeito que está, fica parecendo que falta imaginação criadora entre o próprio empresariado.

PINHEIRO CABRAL — Tenho a impressão de que oportunidades há.

O requisito para isso é que haja pesquisa. Há que orientar. Qual a matéria-prima disponível? Onde está? Como aproveitá-la? Qual a forma? Não há um órgão de pesquisa, não há recursos para pesquisa, não há a valorização do pessoal de pesquisa, do pessoal técnico em Brasília. Essa mesa-redonda é muito boa, porque ela levanta os problemas, mas daqui não pode sair, por exemplo, o programa da indústria do vestuário. Quem é que pesquisa?

Timm — Então, pode-se criar, por exemplo, uma fundação de amparo à pesquisa no Distrito Federal, para estudar o problema da migração, o problema das cidades-satélites, o problema da indústria, que tipo de indústria; essa fundação deveria ter ampla dotação de recursos, inclusive com acesso a fontes como Finepe, como CNPq, porque aí se cria um canal de fermentação de conhecimentos, de projetos e de programas.

Então, está faltando um órgão de pesquisa dentro do Distrito Federal. A Codeplan não vem conseguindo cumprir essa função.

CB — Gostariamos de voltar a problema que o Lindemberg levantou, da desativação da construção civil. Quando isso acontecer as tensões sociais poderão realmente explodir, se não houver alternativas?

JONAS — Temos, por isso mesmo, de olhar daqui para a frente; isto seria conseguido através de um grupo técnico, como esse sugerido, que estenderia aquilo que é mais de acordo com as necessidades reais de Brasília.

Agora do jeito que está; o indivíduo chega aqui, monta sua empresa com os próprios recursos. Já senti o interesse de várias indústrias de São Paulo, de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, que vieram consultar qual o incentivo que o governo ofereceria para a montagem dessa indústria.

LINDENBERG — O projeto que citamos, de ampliação da faixa da Amazônia Legal, para nós da região seria importantíssimo. São as indústrias que vão usar um percentual do Imposto de Renda para aplicar nessa região.

Confesso que é verdade que as áreas do Norte-Nordeste vão se sentir sacrificadas com isso, porque quem é que vai trocar um projeto, a uma hora de avião dos maiores centros do país, nesta região de Goiás, próxima de Brasília, e fazer um investimento em região mais distante, onde não há estradas, onde não existe toda a infra-estrutura que há aqui. Hoje, onde é que nós, empresários, aplicamos? O excesso que teríamos de pagar de Imposto de Renda, aplicamos no Norte-Nordeste. E não está havendo um retorno dessas aplicações.

CB — Realmente está muito clara a posição que o Timm levantou: as idéias existem, possibilidades existem. O que falta são canais de articulação. É mais um artificialismo da cidade. Há a Associação Comercial, mas ela não tem, na sua estrutura, um departamento para projetos, porque lhe faltam condições específicas. Então, parece que este assunto levantado pelo Timm deveria ser encarado como um aspecto prioritário para a vida da cidade.

— Marco Aurélio, uma coisa que devemos ter sempre presente com relação a Brasília: esta é uma cidade nova. Inclusive foi criada para ser o lugar em que se introduziriam novos procedimentos em todos os sentidos, mas especialmente na administração pública. Então, por exemplo, — é uma sugestão, absorvendo a idéia do Lindemberg, com a qual estou de acordo — por que não aproveitar a região de Brasília para reformular a sistemática de incentivos à formação de indústrias de desenvolvimento regional? Dou um exemplo: fala-se muito em mudar os incentivos ao capital para incentivos à mão-de-obra. Pois, então, vamos fazer um programa de incentivo à utilização de mão-de-obra na região geoeconômica de Brasília.

Fala-se muito, por exemplo, na questão da sistemática dos incen-

Continua na página seguinte

A desativação gradativa da construção civil sugere a necessidade de criação de alternativas econômicas que sejam capazes de impedir a explosão de graves problemas sociais, gerados pela constante migração para a Capital.

tivos fiscais. Para não prejudicar o Nordeste e a Amazônia, que são áreas carentes, vamos, por exemplo, criar um Fundo de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, que, ao mesmo tempo em que seja utilizado por prefeituras, Governos de Estado, etc, entregue "prêmios", na forma de participação acionária, nos projetos industriais. Esta, é a sistemática de incentivos de desenvolvimento regional na Europa, na França, —prêmios, na forma de participação acionária.

Então, tenho a impressão de que poderíamos, inclusive nessa área, alterar, reformular procedimentos. Não se trataria nem de participar dos incentivos, por exemplo, da Sudam e da Sudene, mas de criar um Fundo de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília capaz de oferecer prêmios, por exemplo, que favoreçam a utilização de mão-de-obra.

Brasília tem que retomar um pouco a sua criatividade, para ser o lugar onde se modificarão métodos e, em consequência, se visualizará um novo perfil de sociedade, porque há um consenso crítico sobre o modelo econômico brasileiro — todos, os próprios empresários, a consciência crítica, o próprio Governo admite que está errado. Por que não usar, então, Brasília como a ponta de lança para um novo modelo de desenvolvimento social mais humano, mais criativo, mais participativo?

PINHEIRO CABRAL — Paulo, permita-me um adendo.

A hora está chegando, porque Brasília está completando 20 anos. Fazendo um paralelo com o indivíduo, quando o indivíduo atinge mais ou menos essa idade, 19, 20 anos, é a idade em que o pai, que a família espera que ele já tenha completado sua preparação para a vida e que, dali em diante, se torne mais ou menos auto-sustentável. Então, do ponto de vista de tempo, da cronologia, a época ideal para se pensar nisso talvez seja mesmo agora, em que a cidade já está adquirindo — digamos assim — responsabilidade de tal envergadura que lhe permita tomar suas decisões, ouvindo mais sua comunidade, medir mais as forças dentro de

Brasília. É a hora de entregar a chave da casa, como habitualmente fazemos nas famílias, quando o indivíduo completa 18, 19 anos.

Brasília já está se aproximando dessa época. Na realidade, é uma coisa que não se pode desdenhar, porque senão vamos nos tornar dependentes, como aquelas famílias dos romances de Machado de Assis, em que havia um indivíduo que sustentava a casa toda, mas quando aquele indivíduo desaparecia o caos tomava conta da família.

CB — Agora, uma pergunta para o **Lindenberg**. Você acha que o **empresariado de Brasília está em condições de receber essa chave?**

LINDENBERG — Na medida em que surgem as necessidades, a empresa procura adaptar-se à situação, e procura investir onde existe, possibilidade de lucro, recursos. Isso é uma consequência natural. Vou citar um exemplo aqui. Esse programa que foi montado pelo Governo, na área rural, o **PADEF** — Plano de Assentamento Dirigido — é uma experiência que trouxe resultados. Vemos que nas regiões circunvizinhas a Brasília **vendeu-se, ou arrendou-se terra por um preço acessível, houve financiamento de mecanização agrícola, e plantou-se soja, plantou-se arroz, criou-se gado. Fui examinar há poucos a área do Programa. Achei uma experiência muito válida. No momento em que se criou o incentivo, muitos passaram a desenvolver uma área que estava abandonada, aqui no Distrito Federal. Podem ter certeza de uma coisa: quando o mercado exige, as empresas aparecem.**

CB — Têm condições, assim de aparecer. A produção de soja dessa área, no ano que vem, já poderá comportar a implantação de uma indústria de beneficiamento de soja?

LINDENBERG — Está aí. Daqui a alguns dias já se pode pensar onde vamos usar essa produção de soja. Aparecerão recursos.

Provavelmente vai haver até pressão, no Distrito Federal, para acabar com o confisco cambial. (Risos).



Cabral: alternativas na economia

PINHEIRO CABRAL — Cabe agora considerar novamente o seguinte: até então o desenvolvimento nessas atividades tem sido espontâneo, natural, mas, a folhas tantas, não seria conveniente usar um assessoramento, do modo como foi proposto aqui pelo Paulo Timm?

LINDENBERG — É imprescindível.

PINHEIRO CABRAL — A fim de induzir na direção certa, a fim de que o crescimento seja um crescimento ordenado, e não inchação, deformação da economia. Acho que historicamente o pioneirismo, na fase inicial de Brasília, teve um papel fundamental. Em seguida, você tem de partir para o planejamento, para a planificação, para o estudo prévio e a colocação, no lugar certo, do que se está produzindo, como se está produzindo e na quantidade em que se está produzindo.

— Aliás, todo mundo fala de Brasília, até no exterior. Lembrou-me de que, quando cheguei a Paris, tão logo os professores souberam que eu era de Brasília tiveram interesse pela cidade. Inclusive quando apresentei alguns trabalhos que tinha feito, me convidaram imediatamente, na Universidade de Paris, para dar

um seminário sobre a experiência de planejamento em Brasília. Brasília tem uma projeção internacional, uma projeção universal, inclusive como cidade planejada. Chegamos aqui, procuramos: onde está o órgão de planejamento, onde está o órgão de alto nível responsável pela realização de estudos em todas as áreas da vida da cidade? Onde estão os nomes, onde estão as obras, os frutos do trabalho? Não existem. Vamos procurar trabalhos sobre Brasília, eles não existem. Vamos à Universidade de Brasília, existem muitas obras sobre Brasília, mas não podem ser sequer publicadas, porque não há canais de publicação, não temos como publicá-las. Os pesquisadores fazem suas teses, seus trabalhos, e muitas vezes se perde a produção.

Por incrível que pareça, Brasília tem uma projeção internacional, como cidade planejada. Chegamos aqui, queremos procurar, queremos saber onde estão as obras, onde estão os frutos desse trabalho, e não os encontramos. A verdade é que descobrimos que Brasília é uma cidade que não é planejada, ela não é uma cidade planejada.

LINDENBERG — Muito embora se diga isso.

Agora, Timm, atravessamos etapas. Houve uma etapa em que a preocupação foi a construção de Brasília, encher esse vazio de Brasília. Chegamos a uma época, agora, em que é preciso projetar para o futuro. Já focalizamos outros ângulos da coisa. Não somente Brasília. Já pensamos na região geoeconômica, já pensamos na fixação do homem à própria terra, criação de áreas de lazer. Já chegamos a essa fase de pensar um pouquinho mais adiante. Por conta própria da iniciativa particular ou do governo, Brasília já vai ficar consolidada. Não é esta a preocupação mais.

JONAS — Tomando a sua imagem, muito feliz, sentimos a preocupação total em Brasília de se sair do empirismo daquela iniciativa particular, individual, para uma visão associativa.

LINDENBERG — Para o planejamento.



Timm: é hora de pesquisar mais

PINHEIRO CABRAL — Foi o caminho que todas as grandes cidades do mundo tomaram. Conscientizaram-se disso e começaram a agir em função disso. Aí elas se tornaram grandes.

TIMM — Acho que aí voltamos à questão colocada pelo **Correio Braziliense** — os canais da participação.

Por exemplo, na parte de ensino, na atual administração educacional, há uma preocupação de eliminar tudo aquilo que é acessório para o objetivo pleno do desenvolvimento.

PINHEIRO CABRAL — Tudo isso é inter-relacionado, como o senhor está dizendo muito bem. Passa-se no mesmo organismo. São funções diferentes no mesmo organismo. Se se criasse essa indústria de vestuário de que falei aqui, então nossas escolas secundárias teriam que começar a dar noções de como trabalhar, como operar aquele tipo de indústria; não se tem de ir para a universidade para fazer isso, pode-se fazer no curso médio.

Então, seria a participação da Secretaria de Educação do governo do Distrito Federal, de dirigir os alunos que saem das escolas para preencher as necessidades que existirão nessas indústrias.

JONAS — No caso de universidade, acho muito importante também que ela tenha em mente essa objetividade futura, fazendo com que exista realmente um ensino universitário em função das características próprias de Brasília.

PINHEIRO CABRAL — Falando na Universidade, posso dizer uma coisa: nossa Universidade tem preocupação com Brasília nos anos 80. A Universidade de Brasília só é dois anos mais jovem do que a cidade de Brasília. Tem mais ou menos a mesma idade.

Temos um decanato de extensão, e um decanato de atividades comunitárias, que estão tremendamente preocupados com isso. Nosso decanato de extensão, por exemplo, está procurando, cada vez mais, oferecer cursos que tragam a comunidade para dentro da Universidade, não com o compromisso de frequentar aula mas com a participação temporária, periódica, não somente de revisão como de atualização, em suas respectivas áreas, do que está acontecendo no mundo científico-tecnológico.

As atividades de extensão na Universidade de Brasília não tendem a ficar somente no plano das Ciências Humanas, das Ciências Políticas. Ela quer também que as outras unidades que a compõem — o Departamento de Engenharia Elétrica, de Engenharia Civil, de Engenharia Mecânica, de Comunicação e o exemplo mais frequentemente usado da atualidade da atuação, o Departamento de Recursos Humanos, o Departamento de Administração passem também a promover — e irão promover reuniões com esses segmentos que atuam na comunidade e que as informações, a atualização, se dêem através desses cursos de extensão.

O decanato de extensão quer ligar a Universidade cada vez mais com a comunidade. A mesma coisa o decanato de assuntos comunitários quer fazer. A Universidade de Brasília agora está com 11 mil alunos. Temos planos, nos anos 80, de crescer até chegar 17.500, 18 mil alunos. Temos

capacidade física.

No que diz respeito à necessidade de providenciar mão-de-obra no nível gerencial, a Universidade de Brasília está pensando.

Agora, no que diz respeito ao nível operacional, o fornecimento de mão-de-obra, achamos que isso está mais afeto à Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, porque o homem que vai operar as atividades industriais e comerciais — de que estávamos falando — não precisa ser portador de um diploma de nível gerencial, vai precisar.

E não somente isso. Ele vai precisar de ser alimentado com o que está acontecendo de novo, com as inovações técnicas, com as inovações que vão surgindo. Isso será feito através das atividades de extensão. Cada vez mais haverá atividade de extensão nos anos 80 na Universidade de Brasília.

Através de uma atividade de extensão, nossa Universidade pode providenciar isso, naturalmente dando sequência ao planejamento global. A Universidade de Brasília está aberta, e ela sempre tem estado aberta e continuará aberta para receber as sugestões de um órgão como este que você desejou fosse criado, de assessoramento em nível superior, de planejamento e de direcionamento das atividades econômico-sociais da área do Distrito Federal.

CB — Este órgão de estudos não deveria ter a participação da comunidade?

LINDENBERG — Certamente que sim. Ele deveria ter um Conselho Comunitário.

JONAS — Isso seria o reflexo daquilo que está acontecendo — sinto-o, porque trabalho no dia-a-dia de uma cidade-satélite, e não fazemos um plano-diretor simplesmente como nós, administradores, pensamos, que deva ser, em nosso grupo técnico; estamos sentindo, através de reuniões, as opções da comunidade, fazemos aquele plano-diretor que mais corresponde à necessidade e desejos da comunidade. Então, isso deverá ser aplicado em todos os setores de desenvolvimento.